O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CONCEITO DE MATRIZ DE IDENTIDADE

Fellipe Sousa da Silva[1]*,
Yadja do Nascimento Gonçalves[2],
Kelly Moreira de Albuquerque[3].

Resumo: *Com o intuito de entender a contribuição do conceito de Matriz de Identidade desenvolvido por Jacob Levy Moreno no processo de desenvolvimento de crianças a adolescentes institucionalizadas, o seguinte artigo contou com uma revisão bibliográfica para compreender tais contribuições, dividindo assim em três principais tópicos. Os tópicos estudados buscam trazer o contexto histórico e a realidade das instituições de acolhimento, suas conquistas e impactos na sociedade, assim como as contribuições da teoria socionômica, do psicodrama e da Matriz de Identidade, e por fim uma discussão em torno do desenvolvimento e a contribuição da teoria Moreniana como entendimento de como se dá às relações do homem desde o seu nascimento em relação consigo mesmo e com o outro. Com isso conclui-se sobre as possibilidades de mensurar que a Matriz de Identidade traz uma visão pautada na relação e com isso sendo possível dispor de situações e elementos que possam contribuir no desenvolvimento da criança em instituição de acolhimento, sendo assim trabalhado sua espontaneidade nas relações a fim de compreender melhor a si mesmo e o outro.*

Palavras chave: *Crianças institucionalizadas, desenvolvimento infantil, matriz de identidade, psicodrama.*

Abstract: *In order to understand the contribution of the concept of Identity Matrix developed by Jacob Levy Moreno in the development process of children to institutionalized adolescents, the following article had a bibliographic review to understand such contributions, thus dividing into three main topics. The topics studied seek to bring the historical context and the reality of the host institutions, their achievements and impacts on society, as well as the contributions of socio-economic theory, psychodrama and the Identity Matrix, and finally a discussion around development and the contribution of Morenian theory as an understanding of how man has relations since his birth in relation to himself and to the other. With this, we conclude about the possibilities of measuring that the Identity Matrix brings a vision based on the relationship and with that it is possible to have situations and elements that can contribute to the development of the child in a host institution, thus working on their spontaneity in relationships in order to better understand yourself and the other.*

Keywords: Institutionalized children, child development, identity matrix, psychodrama.

INTRODUÇÃO

O abandono de crianças e adolescentes era uma prática comumente aceita pela sociedade desde o período da Grécia Antiga, independente da classe social, ricos e pobres costumavam abandonar crianças que nasciam com deficiência ou mesmo por não apresentarem condições de criar a criança, porém foi a partir de 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, tal prática foi considerada ilegal e a partir de então leva-se em consideração a importância de proteger a criança (Marcílio, 1998).

[1]. Graduando do curso de Psicologia, UniFanor | Wyden, Fortaleza-CE, sousasfellipe@gmail.com
[2]. Docente do curso de graduação em Psicologia, UniFanor | Wyden, Fortaleza-CE, yadja.goncalves@unifanor.edu.br
[3]. Docente do curso de graduação em Psicologia, UniFanor | Wyden, Fortaleza-CE, kelly.albuquerque@professores.unifanor.edu.br

Com o intuito de possibilitar medidas de suporte para a criança e para o adolescente, os abrigos criados a partir do século XIX, tiveram inicialmente um modelo assistencialista, em que priorizavam o fato de dispor de um ambiente para retirar a criança da rua (Oliveira; Próchno, 2010). A partir do momento que este abandono de crianças passou a ser considerado um problema social, identificado assim tanto para o estado como para a sociedade, com o decorrer dos anos cada vez mais medidas eram tomadas para dar visibilidade a esses indivíduos, desde a criação da Constituição Federal de 1988, como o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 que teve grande mérito por considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, reforçando uma responsabilidade do estado e da sociedade como um todo, e que esse estatuto prevê até mesmo medidas que resguardem os direitos também para os institucionalizados.

Boa parte das crianças que se apresentam nos abrigos passaram por negligências de direitos, abandono, e maus tratos, e que apresentam irritabilidade, dificuldade em se relacionar, dificuldade escolar e até mesmo carências afetivas como principais comportamentos observados dentro da instituição, além dessas crianças passarem por tantos afastamentos, as mesmas precisam agora se acostumar com longas rotinas de processos judiciais, regras e novas formas de se viver a qual não estavam acostumadas (Vectore e Carvalho, 2008). Mediante a essa nova realidade Siqueira; Dell'aglio (2006), ressalta que dentro do ambiente de acolhimento, falta muitas vezes o próprio acolhimento, o afeto, o contato, até mesmo a individualidade que é perdida, pelo fato de ser tudo no coletivo, até mesmo as roupas que divide com outros na instituição.

O desenvolvimento da criança institucionalizada também precisa ser destacado como importante para com o processo de socialização e relação consigo mesmo e com os outros, e nessa perspectiva, as contribuições da Matriz de Identidade podem ser de grande valor para entender a criança e assim desenvolver medidas para se trabalhar as relações e esse sujeito.

A Matriz de Identidade, é um conceito advindo da Teoria Socionômica, desenvolvida por J.L Moreno (1975), em que vê o homem como alguém que vive em grupo e é através dessas relações que ele se desenvolve. Moreno acreditava que as relações acontecem por meio de papéis, que são as representações do surgimento de cada ser humano perante a si mesmo e a sociedade, e é nesse papéis que somos capazes de ser espontâneos, ou seja, capazes de dar respostas ao outro e ao ambiente que vivemos de forma mais adequada possível em nossa relações, sendo assim capazes conseguir superar dores, traumas ou simplesmente tomar decisões novas no dia a dia.

Este conceito de Matriz de Identidade visa observar o desenvolvimento desde o nascimento até sua morte através de três fases que Fonseca (2008) destaca, sendo a Indiferenciação, em que a criança e a mãe se veem como uma, ela não consegue se ver como separado do outro, seguindo do Reconhecimento do Eu, ou seja, o indivíduo passa a reconhecer a si mesmo como alguém portador de necessidade que precisam ser levadas em consideração, e por fim o Reconhecimento do Tu em que passa a olhar esse outro como alguém separado de si e que também possui suas particularidades, vendo assim essas fases como importantes pelo fato de que é através delas e por elas que conseguimos nos desenvolver e melhor nos relacionar consigo mesmo e com o outro.

As dificuldades apresentadas dentro do ambiente institucional podem ser observadas e trabalhadas desde criança para com outra criança até mesmo com cuidadores e funcionários da instituição. É na medida que observa-se as fases da Matriz de Identidade de cada criança que se vê possibilidades de atuação e intervenção, como trabalhando o reconhecimento do eu através de dar um pouco de individualidade para criança, ou trabalhar o reconhecimento do Tu em que permito que essa criança brinque em grupo com outras crianças, sendo assim através de momentos que podem permitir que a criança seja criança, ou que ela tenha um espaço para chamar de seu, mesmo que pareça ser pouca coisa, ou até mesmo quando um cuidador permite se envolver afetivamente com esta criança, sem receio ou medo que esse contato possa trazer malefícios para o processo de adoção, pois na ausências de afeto, é melhor ter uma referência do que não ter nenhuma.

METODOLOGIA

Como metodologia para a construção do artigo foi feito uma revisão bibliográfica que se organizou em três tópicos principais, sendo o primeiro através de uma discussão sobre o contexto histórico das instituições de acolhimento e a vida no abrigo, seguido da apresentação do conceito de matriz de identidade contido dentro da teoria socionômica, também conhecida como psicodrama, finalizando com a problematização e contribuições para o desenvolvimento da criança e do adolescente em situação de acolhimento através do conceito de matriz de identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Instituições de acolhimento da Criança e do Adolescente

No intuito de compreender a vida de crianças e adolescentes abrigadas, estudos mostram que a criação de instituições de acolhimento é o reflexo de um processo que foi inicialmente identificado pela sociedade, por isso essa foi uma forma de tomar providências por parte do estado para que se mantivesse os direitos básicos desses indivíduos (Silva, 2004). A manutenção dessas unidades foi o modelo encontrado em meio às necessidades apresentadas para oferecer proteção integral e a garantia de direitos para essa parte da população que era desassistida, pois essas instituições de recolhimento, como era conhecido os abrigos, tiveram sua relevância como uma alternativa importante para se combater os índices de abandono e possibilitar proteção para essas crianças (Oliveira; Próchno, 2010).

A possibilidade do abandono era vista como uma prática aceitável até meados de 1959, que foi o ano em que vingou a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Tal prática que antes era aceita como forma de evitar o aborto, o infanticídio, ou como relata no período da Roma Antiga, eram abandonados por apresentarem má formação, e os mais pobres por não terem condições de criar seus filhos. A partir da Declaração Universal citada começou a ser levada em consideração a discussão como um ato ilegal contra a criança e a sociedade por reconhecerem a criança como alguém que detém direitos e que por isso precisa ser protegida (Marcílio, 1998).

No período do século XIX, o Brasil sofria grande influência dos modelos de abrigos dos países europeus, seguindo um padrão assistencial, ou seja, eram vistas como alguém que precisavam de caridade e por isso a melhor forma era através da compaixão, dando apenas um local para que essas crianças pudessem morar. E foi nesse mesmo período que o país teve como problema social o fato de crianças serem abandonadas com maior frequência, e que como principal medida governamental veio a fundação de novas instituições de acolhimento, assim como a criação de políticas públicas, sendo elas através de medidas que defendem principalmente a saúde e a educação como direito da criança, uma forma de combater o agravo social que foi identificado (Oliveira; Próchno, 2010).

Com a criação da Constituição Federal de 1988, o conceito de seguridade social, tem no artigo 194, como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, que traz consigo as políticas de assistência, como por exemplo o combate à pobreza e a um maior enfoque por parte da equipe de assistência social na luta de combate a negligência dos direitos, sendo que essas medidas representam um avanço no acolhimento de crianças e adolescentes (Silva, 2004).

Segundo uma pesquisa realizada no estado de Minas Gerais, Ferreira (2014) afirma que, dentre os direitos da criança e do adolescente que são violados, fazendo assim ser necessário medidas de destituição familiar, se encontram como principais a negligência familiar, ou seja, a falta de cuidado, e a indiferença perante a criança por parte do responsável, além de o abandono, maus-tratos, violência doméstica e a agressão física.

Foi então que em 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990) as crianças de fato começaram a serem vistas como sujeito de direito, que conforme artigo 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. E foi mediante a essa lei que se começou a pensar política públicas de forma a não os negligenciar como sujeitos de direito.

Quando se fala da importância de manter um certo contato com o mundo externo e as relações para além das pessoas do abrigo, é importante ressaltar que a família ainda continua mantendo um papel importantíssimo para aqueles que de alguma forma podem ter essa possibilidade de contato. Ela terá esse papel de manter um vínculo afetivo, e esse vínculo é importante para o desenvolvimento e para a saúde mental dessas crianças e adolescentes (Silva, 2004).

A realidade de uma criança institucionalizada, é que, por mais que tenham alguns direitos garantidos, o desenrolar não é tão simples assim, pois para além de lidar com a dificuldade de distanciamento familiar, a mesma terá que se deparar com longos e cansativos processos judiciais. E que cada dia a mais no abrigo pode significar maior dificuldade de uma possibilidade de adoção, além de que essa restrição de contato e convivência com outras pessoas a não ser os que se encontra lá, pode significar por exemplo menos possibilidade de desenvolver habilidades sociais ou até mesmo novas aptidões (Vectore, Carvalho, 2008).

Vectore e Carvalho (2008), destacam em uma pesquisa que de acordo com a ótica dos profissionais que trabalham em instituição de acolhimento, as principais dificuldades apresentadas pelos abrigados são: carência afetiva; comportamentos agressivos para com pares e mães sociais; dificuldade escolar e experiências sexuais precoce. Os mesmos relatam que a boa parte das crianças que participaram desse estudo foram vítimas de maus tratos, e que isso pode acarretar por exemplo a dificuldade na vinculação afetiva ou até mesmo agressividade, isolamento e problemas com baixa autoestima.

O ambiente institucional é destacado com duas principais características negativas por parte de adolescentes que passam pelo processo de institucionalização, são eles a falta de carinho e contato e a falta de liberdade para conversar com outros no local ou até mesmo com os próprios funcionários. São muitas vezes vistos como aqueles que precisam apenas ser

mantidos lá dentro (Siqueira; Dell'aglio, 2006). É evidenciado essas características negativas na realidade diária das vivências em instituições de acolhimento, quando o próprio trabalho de vinculação que ocorre por parte de psicólogos na instituição em que um momento em que dois irmãos que se encontram em um abrigo tem momentos juntos para brincar e que costumam apresentar comportamentos agressivos ou até mesmo de choro quando os momentos se encerram, e que é visto por boa parte dos funcionários da instituição apenas como "birra" ou "querer chamar atenção", quando o olhar da psicologia é que essa é a forma com que essas crianças se comunicam para pedir mais tempo com seus membros e familiares dentro e fora da institucionalização.

Os efeitos mais estudados com relação aos impactos da institucionalização da criança e do adolescente, podemos ressaltar o desempenho escolar, essa que por sua vez é afetado desde a dificuldade em adaptação, e os efeitos do estresse vivenciado no dia a dia da instituição que afeta o aproveitamento e rendimento escolar (Siqueira; Dell'aglio, 2006). As duas autoras realizaram um estudo com 155 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 16 anos na região Metropolitana de Porto Alegre/RS. No qual se utilizaram de entrevistas e testes para averiguar dados, desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. Para além da dificuldade já citada do desempenho escolar, o estudo traz informações dos impactos da institucionalização na vida de crianças e do adolescente, destacando fatores de problemas nas relações interpessoais e com relação a satisfação de vida, fica claro que a medida que eles vão avançando em idade, há então um aumento negativo com relação a satisfação de vida dentro dos abrigos.

Goffman (1961), relata que os internados em instituições costumam chegar com uma certa cultura vivida e trazida do seu ambiente familiar, e que desde sua entrada na instituição ele passa por um processo de "desculturamento", ou seja, se vê forçado a apropriar-se de uma nova rotina, sendo assim um das dificuldades no enfrentamento de sua nova vida diária como abrigado. A criança e o adolescente têm parte do seu eu mortificado, pois passa a ter que considerar outros aspectos e outra cultura que até então não tinha sido vivenciada.

O Psicodrama e a Matriz de Identidade

O psicodrama surge como uma proposta teórico-metodológica relacional, em que J.L Moreno compreende o ser em relação, onde é percebido em grupo, sejam eles família, trabalho ou até mesmo a própria escola, sendo através dessas relações a oportunidade através do encontro com o outro proporcionar novos caminhos (Bustos, 1999).

A teoria do psicodrama, apesar de ser mais conhecida através desse termo, é apenas uma parte do que de fato representa a teoria desenvolvida por J.L Moreno, o mesmo nomeou

sua teoria de socionomia, ou teoria socionômica, em que o indivíduo é visto e estudado através das relações. O nome do latim sociu = companheiro, grupo, e do grego nomos = regra, lei, ou seja, o estudo das leis que delimitam e regem o grupo e suas interações (Gonçalves, Wolff e Almeida, 1988).

Bustos (1999) relata que durante sua formação no Instituto Moreno no período da década de 60, teve alguns ensinamentos que foram cruciais para o entendimento do Psicodrama, que o ajudaram a entender os quesitos da importância da relação para o desenvolvimento do ser humano, entendendo que primeiro vem o grupo, ou seja, as pessoas se aproximam e se relacionam através de grupos, e para isso essa relação acontece por meio de vínculos, através de papéis, compreendido como uma unidade fundamental para estruturação do eu de cada pessoa. Essa relação é estabelecida através de uma troca em que ambos de certa forma são influenciados mutuamente, e é nesse ambiente que ocorre a concretização e manifestação do eu, em que o papel representa as formas de se estabelecer nas relações.

Moreno concebe o homem como espontâneo e criativo, sendo esses recursos inatos, pertencente do ser desde o seu nascimento. Ao falar sobre espontaneidade o mesmo refere-se a uma capacidade que o ser humano tem de possibilitar novas respostas a situações e comportamentos que são identificados como insatisfatórios pelo próprio sujeito nas relações afetivas e sociais, sejam elas situações antigas que antes lhe causavam sofrimento, ou a situações novas que estão a frente do indivíduo. Agindo assim da forma mais adequada mediante ao momento vivenciado (Gonçalves, Wolff e Almeida, 1988).

Em sua teoria, Moreno (1975), tem como base para o surgimento do eu, a teoria dos papéis. O conceito de papéis tem sua origem advindo do teatro, que no termo inglês role (= papel), representando assim que o teatro era escrito em rolos e com isso dividido em partes, em que se buscavam desenvolver e atuar os papéis. Esses papéis passam a ser vistos como o embrião do surgimento do eu e não o contrário, ou seja, os papéis são considerados como aqueles mais antigos e responsáveis por esse eu do homem em construção, destacando que na sua trajetória de estudos haviam sociometristas que acreditavam que o desempenho de papéis não era algo exclusivo do homem mas os próprios animais exerciam esses papéis, como por exemplo o papel de construtores de seus próprios ninhos.

Moreno (1975), distingue os papéis em:

> papéis fisiológicos ou psicossomáticos, como os do indivíduo que come, dorme e exerce uma atividade sexual; os papéis psicológicos ou psicodramáticos, como os de fantasmas, fadas e papéis alucinados; e finalmente os papéis sociais, como os de pai, policial, médico etc.

O papel possui uma função de adentrar no inconsciente e o mundo social, dando ordem e formato para as situações a qual o sujeito tem vivenciado, adentrando assim em todas as dimensões da vida, e que apesar do papel começar no ato do nascimento, ele dura por toda a vida como uma forma de desenvolvimento contínuo do eu (Moreno, 1975).

Do ponto de vista Moreniano, é antes e imediatamente após o nascimento que o bebê tem os primeiros papéis que aparecem à tona que são os papéis fisiológicos, assim como os papéis psicológicos e sociais, apesar de se encontrarem ainda em uma espécie de universo indiferenciado a qual ficou conhecido como "Matriz de Identidade" (Moreno, 1975).

A indiferenciação é explicada no fato de que o bebê no momento do ato de nascer não diferencia entre interno e externo, objetos e pessoas, e que esse ato é uno e total, e que é nesse momento que nasce a matriz de identidade. É então que "corpo", "psique" e "sociedade" passam a ser considerados como parte desse desenvolvimento, respectivamente representando os papéis psicossomáticos, psicodramáticos e sociais (Moreno, 1975).

Ao se tratar de desenvolvimento humano, Moreno (1975) através da teoria socionômica, reforça que o conceito de Matriz de Identidade é um importante termo a ser considerado nas suas contribuições sobre o desenvolvimento, se utilizando assim de recursos que venham a trabalhar a espontaneidade e a criatividade, sendo assim uma forma de promover uma experiência recíproca na troca das relações.

No intuito de entender essa reciprocidade, podemos dizer que refere-se a essa troca mútua entre os sujeitos que se tem o conceito de Tele, considerado como um fator de saúde nas relações que media como uma espécie de reavivar e desenvolver essa espontaneidade citada, sendo fator favorável para desenvolvimento interpessoal (Gonçalves, Wolff e Almeida, 1988). Vale destacar que a Tele não é o mesmo que empatia, pois empatia tem a ver com uma relação unidirecional, já a Tele refere-se a uma relação que ocorre nos dois sentidos, ou seja, os dois envolvidos na relação trocam-se uma espécie de sentimento íntimo que os envolve simultaneamente (Fonseca, 2008).

Em seu livro Psicodrama da Loucura, Fonseca (2008) ressalta as fases da Matriz de Identidade como forma de elucidar que essa teoria se refere desde as primeiras vivências da criança como parte da formação, percepção e aprendizado emocional do seu desenvolvimento.

As fases da Matriz de Identidade, conforme destaca Fonseca (2008), são exemplificadas em três, sendo elas: Identidade do Indivíduo ou Indiferenciação, em que não há uma distinção clara entre proximidade e distância para a criança, nessa fase a criança e a mãe são como um só, uma espécie de fusão em que a criança é reconhecida como a experiência da função materna,

em que sente o corpo a partir do registro sensorial e afetivo a partir dessa relação materna; A segunda fase seria o Reconhecimento do Eu, período caracterizado como momento que a criança se individualiza e começa a se perceber no mundo, onde há um reconhecimento de si mesma, como se colocasse ela na frente do espelho e ela começasse a ver que é alguém à parte do outro; E como terceira fase, há o Reconhecimento do Tu, em que a criança começa a perceber o outro e a relação com o outro de forma mais concreta, entendendo que esse outro também tem necessidades e realidades diferentes da sua, há um reconhecimento desse outro como parte de uma construção social e da relação com esse Tu.

Desse modo, é possível compreender que a relação é um fator fundamental para a construção do desenvolvimento segundo a Matriz de Identidade, se constituindo assim consigo mesmo e com o outro, em uma troca que acontece através da criança e cuidador e se expande para as demais relações na medida que a criança cresce.

Contribuições da Matriz de identidade no desenvolvimento de crianças institucionalizadas

A relação que há entre mãe e bebê tem papel fundamental para formação e desenvolvimento nas relações afetivas e de confiança da criança, e que isso precisa ser observado desde a adaptação da criança com o meio externo. A adaptação é considerado um fator que faz parte do desenvolvimento da criança que se inicia desde a sua concepção e que permeia por toda a vida, mas que durante os seis primeiros meses a criança tem uma dependência e um interesse exclusivo pela mãe, sendo capaz de reconhecê-la pela voz ou até mesmo pelo olfato. O sentido de sobrevivência e a segurança do bebê se dá pelo contato desse primeiro cuidador que muitas vezes representado pela mãe, que se coloca como principal responsável de satisfazer as necessidades, sendo observados através do contato, calor corporal, movimento, alimentação, cuidados higiênicos, que faz o bebê sentir-se amado, e que consequentemente influenciará nas relações e na visão quanto a si próprio. E é nessa interação que vemos a importância do afeto entre mãe e filho e que favorece o desenvolvimento do bebê (Hecht, Silva, 2009).

Analisando a importância dessa relação mãe-filho e essa especificidade de se obter afeto e satisfação das necessidades de crianças institucionalizadas que se pode acrescentar sobre a importância da Matriz de Identidade para contribuir no desenvolvimento de relações transformadoras mesmo vivendo em instituições de acolhimento. Conforme Fonseca (2008), essas primeiras vivências e contato da criança com o seu cuidador tem um valor no desenvolver dessa Matriz de Identidade, pois a mãe funciona como uma espécie de “ego auxiliar”, ou seja, aquela que permite ser uma função de auxílio para que a criança seja protagonista da sua própria

história e consiga se conectar consigo mesma e com o outro. Sendo uma espécie de mediadora entre o mundo e a criança, a mãe exerce influência na preparação da fase seguinte de reconhecimento de si mesma da criança, ou também conhecida como fase do reconhecimento do eu.

A institucionalização é avaliada por muitos estudiosos no assunto como uma possibilidade muitas vezes mais negativas do que positiva, porém, é considerada por muitos como a melhor alternativa para crianças e adolescentes que têm seus direitos negados ou negligenciados por suas famílias e cuidadores, mesmo também privando a criança, a instituição traz como contribuição a possibilidade de dispor de uma rotina, atividades, recursos e também tem o papel de orientar e proteger. O local desempenha a função de um elo para essas crianças, porém o trajeto dentro da instituição, as experiências vão depender do vínculo afetivo e do apoio social que é vivenciado conjuntamente por todos (Hecht, Silva, 2009).

Ao problematizar, é possível observar nas instituições de acolhimento que por mais que a criança tenha cuidadores responsáveis por prover, por exemplo, a alimentação e cuidados com a higiene, esses cuidadores ainda tem suas dificuldades no exercício desse papel, muitas vezes associado ao fato de terem que dar atenção a muitas crianças, além de haver uma certa rotatividade entre os profissionais, e que por isso não há um contínuo cuidado por parte de um mesmo cuidador, por conta das folgas, o que dificulta a construção desse afeto que primeiramente é trabalhado no desenvolvimento da criança em que ela necessita ter um cuidador apenas como referência para que aos poucos permita a chegada de outras pessoas na sua relação de confiança. Além disso, Hecht e Silva (2008) trazem uma questão que precisa ser considerada, que é quando esses funcionários das instituições de acolhimento apresentam receios na vinculação com as crianças por acharem que esse contato com pode prejudicar momentos de adoção ou até mesmo o retorno às famílias de origem da criança.

Dentro da realidade da possibilidade de ser construir bons vínculos apoio para a criança, uma das principais falhas dentro de instituições de acolhimento é o fato de que além dessas crianças terem que desvincular de familiares e relações que foram construídas, elas muitas vezes tem um distanciamento de próprios irmãos quando são conduzidos a rede de acolhimento juntos, e que por mais de habitarem no mesmo lugar, possuem uma rotina árdua e regras do local que não permite muitas vezes nem sequer terem contato diretos com seus irmãos. Quando se trata então de irmãos de gênero diferente é que essa dificuldade aumenta mais ainda, pois dormem em dormitórios diferentes e acontece até mesmo de nem irem para a escola juntos, prejudicando assim o trabalhar do reconhecimento do outro dentro da Matriz de Identidade.

As instituições acabam assim sendo vistas como esse local que possui uma alta

dificuldade de ter a sensibilidade em perceber a importância desses cuidados e dessas relações para o crescimento e desenvolvimento de si e das relações para esses sujeitos através das relações afetivas (Hecht, Silva, 2009).

A sensibilidade, o afeto e o cuidado na relação com a criança são fatores do desenvolvimento, e que por isso podemos considerar a importância do fator Tele na Matriz de Identidade nesse processo, ou seja, essa reciprocidade na relação mãe-filho ou cuidador-criança dentro da instituição, Fonseca (2008) complementa que essa tele, esses processos perceptivos que traz uma valorização de si e do outro pode ser extremamente afetado a sensibilidade empática da criança ou do adolescente, e que essa empatia aqui citada entra como uma característica da Tele, que em sua abrangência é vista como mutualidade, algo que ocorre nas duas direções da relação. Isso explica o que é trazido por Hecht e Silva (2009), em que as crianças em situação de acolhimento muitas vezes desenvolvem uma resistência por parte de contato com novas possibilidades de vinculação, sendo que cada vez que um vínculo é quebrado é uma situação de abandono que é vivenciado pela criança. Consequentemente esse trabalhar das relações, do reconhecimento do Eu e do reconhecimento do Tu é afetado negativamente dentro da Matriz de Identidade.

Ao observarmos essas quebras nas relações e dificuldades no desenvolvimento da Matriz de Identidade podemos ver estudos de Hecht e Silva (2009), que mostram essa ausência do vínculo e do afeto, e que portanto essas crianças apresentavam dificuldades no desenvolvimento físico, o rosto vazio de expressão, insônia, falta de apetite, não ganhavam peso e até mesmo perdiam interesse em se relacionar. O abrigo é considerado um local que restringe o direito à individualidade, intimidade e particularidades já que basicamente tudo tem que ser feito no coletivo, até mesmo as roupas que utilizam. Diante disso deve-se considerar os aspectos individuais como constituinte do desenvolvimento infantil e que o trabalhar dessa individualidade é importante para o reconhecimento do eu do próprio indivíduo (Fonseca, 2008).

O medo de vinculação que é instaurado por parte dos que vivem na instituição chega a ser observado uma baixa-autoestima, pois a autoestima está relacionado com o apego, o afeto, a vinculação, e que por muitas vezes é perdido por parte das crianças e que refletem isso pedindo por reafirmação de si própria para com aqueles que convivem (Hecht, Silva, 2009). Nessa reafirmação, certa vez em um momento de interação com a criança e um profissional da instituição que uma criança desenhou a si mesma de uma cor diferente de pele que era a sua, e que o irmão dela que também se encontrava na instituição ao observar disse que ela não era daquela cor, e sim que ela era negra. A mesma pediu para que o profissional e o irmão

confirmassem que ela realmente era da cor negra. Para Moreno (1975), o reconhecimento do eu e a identificação representam um passo a mais no processo de desenvolvimento, permitindo assim uma troca mútua na relação e com isso a aceitação e entendimento de si mesmo através desse contato com o outro.

A instituição de acolhimento não é um ideal, mas é a melhor possibilidade no momento de garantia de direitos, e a permanência de crianças e adolescentes e o longo período dentro de um abrigo podem limitar a possibilidade de construir vínculos fortes e saudáveis e privar da liberdade de se viver em um ambiente familiar. Porém apesar dos limites é possível pensar em estratégias de minimização desses impactos através de relações que resgatem o afeto e o vínculo. Dentre as possibilidades de amenizar o efeito da institucionalização e a contribuição para com a Matriz de Identidade e desenvolvimento dos abrigados, que Hecht e Silva (2009), compartilham sobre o trabalhar da reconstrução do sentimento de confiança, tanto de si como do outro. Dispondo assim de espaços para que a criança e o adolescente possam ser criativos e o trabalhar da individualidade grupal, utilizando assim de recursos lúdicos que podem auxiliar na ressignificação das relações.

Como forma de prevenir os prejuízos do abrigamento, ressalta-se a busca por soluções para minimizar os danos, além das formas já citadas acima, podemos incluir a importância de dirigir palavra que o auxiliem a se reafirmar, e também de cuidadores tornarem-se uma figura de referência nos vínculos, pois por mais que muitos apresentem receio de vinculação por achar que estão evitando um novo abandono quando eles forem embora, é necessário considerar que são eles que acompanham o dia da crianças assim como suas tarefas, atividades, brincadeiras, rotinas e atendem as necessidades básicas de cada um (Hecht, Silva, 2009). Essa aproximação, além de contribuir no desenvolvimento e na Matriz de Identidade, esse vínculo reduz efeitos negativos na dificuldade de vinculação e permite que essa criança trabalhe a espontaneidade em suas relações, dando assim novas respostas e em possibilidades de vinculação mesmo em meio a tantos abandonos já vivenciados.

A dificuldade de se relacionar e o desenvolver dessa Matriz de Identidade pode ser trabalhado dentro do próprio ambiente institucional, e nas suas possibilidades como dispor de um ambiente em que a criança possa ser criança, no meio dos brinquedos, folhas de papel com lápis de cor, e que com isso a presença de um profissional do próprio abrigo e de outras crianças pode ser fundamental já que estamos falando do reconhecimento desse outro como parte do processo. Ao se brincar com uma criança que gosta de fantasiar o que será quando crescer ou que gosta de brincar de estar em casa, ali pode ser resgatado momentos de lazer da crianças, assim como dispor a possibilidade de ela ser espontânea, que por si só já é terapêutico e

contribui no seu desenvolvimento. Certa vez em um abrigo uma criança que reclamava o fato de um policial tê-la levado para dentro da instituição, dizendo ele ser mal pelo que ela tinha feito, e no meio da brincadeira de fantasiar um profissional da equipe olhou para a criança quando que já tinha a construção de um vínculo e com uma xícara de café que brincava de estar tomando disse para a criança: “e se eu fosse um policial?”, a criança chega a olhar para o lado e em seguida responde dando um abraço nele e diz: “se você fosse um policial ia ser muito legal”, dando assim a oportunidade da criança dar uma nova resposta a uma situação que lhe trazia sofrimento, sendo assim espontânea através de uma brincadeira que a própria criança propôs, só foi preciso estar lá com ela.

As autoras Siqueira; Dell’aglio (2006), trazem em sua discussão em seu artigo que a medida que o tempo passa dentro do processo de institucionalização, as criança e adolescentes tendem a tornar-se agressivas e dificultando as interações com os próprios abrigados e com a equipe de trabalho, incluindo com os cuidadores, e que podemos unir esse fato com o que Hecht e Silva (2009) contribuem com relação ao receio por parte dos cuidadores em se vincular e dispor de afeto para com as crianças por acharem que podem atrapalhar no processo de adoção, ou quando estes saírem da instituição, porém Moreno (1975) constata que a partir do momento que esse reconhecimento do Eu e do Tu, e as relações Tele, de mutualidade são trabalhadas e alimentadas uns com os outros, isso contribui no desenvolvimento e na capacidade das pessoas em serem espontâneas nas relações, tornando um ambiente em que esses papéis sociais vividos tanto por parte dos institucionalizados quanto para os que convivem com eles, possam ser trabalhados a ponto de tornar-se um vínculo em que se tenha uma troca de confiança, melhorando assim a relação entre os envolvidos.

A teoria da Matriz da Identidade produzida por J. L. Moreno pode ser útil no contexto de instituições do acolhimento por permitir ter um olhar para com a criança e o(a) adolescente num sentido de observar esse sujeito como alguém que necessita da relação com o outro como condição existencial e de saúde para que possa constituir sua identidade, seu reconhecimento de si e seu reconhecimento do outro, sendo possível ser observado como eles têm se colocado e se disposto nas relações dentro e fora da instituição. A intervenção para com a criança pode ser trabalhada a partir da sociabilidade em diversos ambientes que ela se encontra inserida, e que é a partir do momento em que permito que crianças brinquem sozinhas, mas que também brinque com seus irmãos e amigos, em grupo, e até mesmo com os cuidadores que se está possibilitado a relação com o outro e a capacidade de recriação de vínculos e afeto com o outro, trabalhando assim sua Matriz de Identidade.

CONCLUSÃO

Com a compreensão da realidade de crianças e adolescentes institucionalizadas, é possível perceber através do contexto histórico, a relação com as conquistas e visibilidades que esses tiveram, como por exemplo o fato de serem reconhecidas como sujeitos de direito, e que com isso passam a ser defendidas pelo estado e pela sociedade. Apesar de o ambiente de acolhimento não ser visto como melhor local para o desenvolvimento da criança e do adolescente, esse ambiente acaba sendo aceitável por proporcionar a garantia de direitos desses indivíduos que estava sendo negligenciados pela família ou sociedade.

Durante a construção da análise do desenvolvimento da criança, fica claro a importância que um cuidador tem para suprir as necessidade básicas como proteção e alimento para a criança, além do afeto e contato físico, e que essa relação afetiva é vista como fundamental para etapas do desenvolvimento da criança, a qual nesta revisão se utiliza como base a Matriz de Identidade desenvolvida por J.L Moreno. Essa Teoria reflete a importância da relação desde o nascimento até a fase adulta, sendo assim trabalhado a fase de indiferenciação que é logo após o nascimento e em seguida as fases de reconhecimento do Eu e do Tu, ou seja, de si mesmo e do outro para a criança.

Visto que as contribuições Morenianas para o contexto de abrigamento podem ser de extrema importância como forma de trabalhar dificuldades que são apresentadas pelas crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento, sendo a Matriz de Identidade uma forma de olhar para esses sujeitos identificando as fases no processo de desenvolvimento e assim possibilitando o desenvolver dessas fases, desde proporcionar afeto sem receio de que isso possa vir a prejudicar processos de adoção, assim como trabalhar as relações de grupo entre as próprias crianças e as crianças com funcionários e equipe, assim como a aceitação e reconhecimento de si mesmo com alguém que é protagonista da sua própria vida.

Desta forma possibilitando um ambiente de espontaneidade, em que essa criança seja capaz de dar novas respostas a situações que lhe trazem sofrimento ou dor na sua relação consigo mesmo e com outros, assim como respostas adequadas que não lhe cause sofrimento a situações que ainda vão acontecer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição 1988, artigo 194. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ABRIGOS: UMA REGIONALIZAÇÃO PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS**. Serviço Social & Sociedade, n. 117, p. 142-168, 2014.

FONSECA, José. **PSICODRAMA DA LOUCURA: CORRELAÇÕES ENTRE BUBER E MORENO**. 7. ed. rev. - São Paulo: Ágora, 2008.

GOFFMAN, Erving. **MANICÔMIOS, PRISÕES E CONVENTOS.** São Paulo, Perspectiva, 1974 (1961).

GONÇALVES, Camila Salles; WOLFF, José Roberto; DE ALMEIDA, Wilson Castello. **LIÇÕES DE PSICODRAMA: INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE JL MORENO**. Editora Agora, 1988.

HECHT, Bruna; SILVA, R. Crianças institucionalizadas: **A CONSTRUÇÃO PSÍQUICA A PARTIR DA PRIVAÇÃO DO VÍNCULO MATERNO.** Portal dos Psicólogos, Rio Grande do Sul, 2009.

Marcílio, M. L. **HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA ABANDONADA.** São Paulo: Hucitec, 1998.

Moreno, J. L., **PSICODRAMA**, Cultrix, São Paulo, 1975.

OLIVEIRA, Shimênia Vieira de; PRÓCHNO, Caio César Souza Camargo. **A VINCULAÇÃO AFETIVA PARA CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS À ESPERA DE ADOÇÃO.** *Psicologia: ciência e profissão*, 2010, 30.1: 62-84.

SANTOS, Lucinete**. ADOÇÃO OU ABRIGOS DE TIPO IDEAL. SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE**, v. 21, n. 63, p. 76-93, 2000.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **O IMPACTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.** Psicologia & sociedade, v. 18, n. 1, p. 71-80, 2006.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS: DESEMPENHO ESCOLAR, SATISFAÇÃO DE VIDA E REDE DE APOIO SOCIAL. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 407-415, 2010.

SILVA, Enid. R. (Coord.). **O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: OS ABRIGOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.** Brasília: Ipea/Conanda, 2004.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. **UM OLHAR SOBRE O ABRIGAMENTO: A IMPORTÂNCIA DOS VÍNCULOS EM CONTEXTO DE ABRIGO.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 12, n. 2, p. 441-449, 2008.